TC 027.867/2015-3

Tomada de contas especial

Ministério do Turismo (MTur)

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em razão de irregularidades na execução financeira do Convênio 1/2008 (Siafi 622706), celebrado com a Fundação Porto Seguro Promoções e Eventos, para realização do “Carnaval de Praia do Arraial D’Ajuda”.

2. Foram repassados recursos federais da ordem de R\$ 200.000,00 e a convenente ofereceu contrapartida de R\$ 20.000,00, com vistas à realização de despesas com atrações artísticas, sonorização e iluminação.

3. O relatório do tomador de contas aponta débito no valor integral transferido, em razão da impugnação total das despesas, decorrente de irregularidades na execução financeira do convênio (peça 1, p. 128-132), sob a responsabilidade da fundação e de seus dirigentes, Srs. Paulo de Oliveira Salvatore e Eráclito Lima Santana.

4. A unidade técnica entendeu necessária a realização de diligência ao MTur, para que enviasse cópia integral da prestação de contas apresentada pela convenente. De posse dos elementos enviados, a Secex-RS, responsável pela instrução destes autos, examinou a documentação apresentada e propõe julgar regulares com ressalvas as contas dos responsáveis, bem como cientificar a unidade jurisdicionada quanto à apresentação de documentação incompleta.

5. A meu ver, o encaminhamento sugerido mostra-se adequado.

6. Do ponto de vista da execução física do convênio, o concedente considerou aprovada a prestação de contas, haja vista o cumprimento do objeto pactuado (peça 1, p. 50-51).

7. Em relação à comprovação da aplicação financeira dos recursos, inicialmente houve aprovação da prestação de contas, com ressalvas, conforme Nota Técnica 430/2010 (peça 1, p. 60-63). Posteriormente, o órgão reanalisou a prestação de contas e decidiu reprová-la, conforme se extrai da Nota Técnica 727/2014, com supedâneo nas seguintes irregularidades (peça 1, p. 90-101):

a) cobrança de ingresso no evento sem comprovação da utilização das receitas no objeto do convênio;

b) ausência de planilha de preços unitários que estimou o preço contratado e de ata de julgamento do processo de licitação para contratação de serviços de “iluminação e sonorização”;

c) ausência dos contratos de exclusividade que justifiquem a contratação direta dos artistas, bem como ausência do contrato firmado diretamente com a banda Monobloco;

d) não apresentação dos contratos de inexigibilidade assinados na vigência do convênio, nem do contrato firmado com a empresa vencedora do convite realizado.

8. Conforme informações constantes dos autos, o novo exame foi feito em obediência ao Acórdão 1.828/2013-TCU-1ª Câmara (incorretamente atribuído à 2ª Câmara), que teria determinado ao MTur a adoção da medida para o Convênio 1/2008. Entretanto, mediante

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

consulta à referida decisão, verifica-se que não faz qualquer menção à avença objeto desta TCE, indicando ter havido equívoco por parte do órgão ao proferir novo parecer em 2014.

9. De qualquer modo, a análise proferida pela unidade técnica evidenciou que as irregularidades apontadas pelo concedente após reanálise da prestação de contas devem ser relevadas, haja vista a proximidade de parte das ocorrências com a prolação do Acórdão 96/2008-TCU-Plenário (cerca de dois dias), bem como o recente entendimento deste Tribunal acerca da apresentação de contratos de exclusividade em prestações de contas de convênios.

10. Ao apreciar o TC 022.552/2016-2, este Tribunal, em resposta à consulta formulada pelo MTur sobre a interpretação dos Acórdãos 96/2008-TCU-Plenário e 2.163/2011-TCU-2ª Câmara, prolatou o Acórdão 1.435/2017-TCU-Plenário, nos seguintes termos:

9.1. conhecer da consulta, por atender aos requisitos de admissibilidade;

9.2. responder ao consulente que:

9.2.1. a apresentação apenas de autorização/atesto/carta de exclusividade que confere exclusividade ao empresário do artista somente para o (s) dia (s) correspondente (s) à apresentação deste, sendo ainda restrita à localidade do evento, não atende aos pressupostos do art. 25, inciso III, da Lei 8.666/1993, representando impropriedade na execução do convênio;

9.2.2. do mesmo modo, contrariam o sobredito dispositivo legal as situações de contrato de exclusividade – entre o artista/banda e o empresário – apresentado sem registro em cartório, bem como de não apresentação, pelo conveniente, do próprio contrato de exclusividade;

9.2.3. tais situações, no entanto, podem não ensejar, por si sós, o julgamento pela irregularidade das contas tampouco a condenação em débito do (s) responsável (is), a partir das circunstâncias inerentes a cada caso concreto, uma vez que a existência de dano aos cofres públicos, a ser comprovada mediante instauração da devida tomada de contas especial, tende a se evidenciar em cada caso, entre outras questões, quando:

9.2.3.1. houver indícios de inexecução do evento objeto do convênio; ou

9.2.3.2. não for possível comprovar o nexo de causalidade, ou seja, que os pagamentos tenham sido recebidos pelo artista ou por seu representante devidamente habilitado, seja detentor de contrato de exclusividade, portador de instrumento de procuração ou carta de exclusividade, devidamente registrados em cartório.

9.3. enviar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, ao Ministro do Turismo;

9.4. determinar o arquivamento do presente processo.

11. À luz do entendimento acima transcrito, verifica-se que, no caso concreto, os documentos integrantes da prestação de contas permitem estabelecer nexo de causalidade entre as despesas realizadas e os recursos do convênio, constando dos autos as notas fiscais emitidas pelos artistas que se apresentaram durante o evento. Assim, ante a execução das ações previstas, percebe-se que, embora a documentação apresentada pela fundação padeça de alguns vícios, estes não são suficientes, por si sós, para ensejar a condenação dos responsáveis, conforme disposto no item 9.2.3 supramencionado.

12. No caso do questionamento relativo à cobrança de ingressos, como destacou a unidade técnica, o convênio não continha dispositivo tratando da obrigatoriedade de comprovar a aplicação do montante arrecadado. Tal fato se deve, possivelmente, à proximidade da celebração da avença com a prolação do Acórdão 96/2008-TCU-Plenário, que não propiciou tempo hábil para a comunicação da decisão e adoção das medidas nela contidas, entre elas a do item 9.5.2, que passou a exigir a prestação de contas também quanto a essa parcela de recursos.

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

13. Em relação à ausência de planilha de preços unitários que estimou o preço dos serviços de sonorização e iluminação e de ata de julgamento do respectivo processo de licitação, a prestação de contas contém os orçamentos colhidos pela convenente (peça 10, p. 88-94), de modo que as impropriedades podem ser consideradas formais.

14. Feitas essas considerações e tendo em vista que restou comprovada a execução física da avença, bem assim a aplicação dos recursos repassados nos itens previstos no plano de trabalho integrante do convênio, inexistem motivos para exigir a restituição integral dos valores, devendo as falhas remanescentes ensejarem a ressalva das contas, como proposto pela Secex-RS.

15. Diante do exposto, este membro do Ministério Público de Contas manifesta-se de acordo com o encaminhamento sugerido pela unidade técnica.

(assinado eletronicamente)

Sérgio Ricardo Costa Caribé

Procurador